



Promotores dizem que denúncia contra Lula não interfere no MPF

O trio de promotores que apresentou denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva procura demonstrar sintonia com colegas do Ministério Público Federal, especialmente os que atuam na operação “lava jato”. Em entrevista à imprensa nesta quinta-feira (10/3), eles declararam várias vezes que atuam sem entrar em conflito com o MPF, como aponta a defesa do ex-presidente.

Reconheceram inclusive a troca de informações, para complementar os trabalhos, mas negaram já terem lido depoimento prestado por Lula quando conduzido coercitivamente na semana passada.

Os promotores Cassio Conserino, Fernando Henrique Araújo e José Carlos Blat afirmam que Lula, seu filho Fábio Luís Lula da Silva e a ex-primeira-dama Marisa Letícia lavaram dinheiro ao ocultar a posse de um triplex em Guarujá (litoral paulista), o que seria apenas um “tentáculo” dentre outras irregularidades envolvendo a empreiteira OAS e a Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop).

Acontece que esse mesmo apartamento é investigado por integrantes do MPF, por suspeita de que a OAS tenha bancado reformas e mobiliado todo o imóvel para privilegiar Lula. Os membros do MP estadual, porém, dizem que em nenhum momento focam o que aconteceu dentro do triplex. Embora levantem dúvidas sobre o motivo de uma empreiteira gastar cerca de R\$ 2 milhões para presentear alguém, consideram que não precisam comprovar o crime antecedente à lavagem.

De acordo com a denúncia, a transferência de unidades da Bancoop para a OAS prejudicou pessoas que esperavam a casa própria. Quando a empreiteira assumiu as obras, houve cooperados que foram cobrados por valores não previstos inicialmente. A empreiteira também repartiu empreendimentos, diminuindo o tamanho da área firmado em contrato, segundo o MP-SP.

“Trabalhamos no contexto de crimes absolutamente estaduais. Não resta nenhuma dúvida. Nossa linha central é apontar que, enquanto milhares de famílias [cooperadas da Bancoop] ficaram sem apartamento, um dos investigados foi contemplado com um triplex”, afirmou Cassio Conserino.

Ele e os colegas apontam que todas as condutas relatadas ocorreram em São Paulo, como a transferência entre as empresas envolvidas, assinaturas de contratos de empreendimentos e divulgação de atas fraudulentas. Também negaram agir com motivação política.

Date Created

10/03/2016